

A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica

Eliana Nunes Maciel Bastos¹, Iussara Any da Silva Luz², Alysson Ramos Artuso³

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Professora da Educação de Jovens e Adultos do município de Pinhais (PR). 83.328-000, Pinhais/PR, Brasil.

² Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Professora da Rede Estadual do Paraná. 80.2409-00, Curitiba/PR, Brasil.

³ Doutor em Métodos Numéricos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto Federal do Paraná (IFPR). 80.035-120, Curitiba/PR, Brasil.

*E-mail do autor correspondente: elianamaciel1982@gmail.com

Submetido em: 10 set. 2020. Aceito em: 24 fev. 2021

Resumo

O presente artigo tem como objetivo promover uma discussão acerca da gestão democrática na educação profissional e tecnológica. Nesse percurso, propõe-se uma reflexão pautada na pesquisa exploratória de caráter bibliográfico associada a uma discussão teórica. Sublinha-se a Educação Profissional e Tecnológica, em suas vertentes do trabalho, do conhecimento e da inovação tecnológica, como campo de estudo para a realização de ações conjuntas em prol da constituição de uma formação humana integral. Procura-se, assim, instigar a superação de toda e qualquer forma de gestão autoritária, abordando meios de promover processos para a aquisição de uma educação mais igualitária por intermédio de atitudes humanísticas e emancipadoras. Para isso, discute-se a relevância da práxis sob uma ótica humanista apoiada em autores como Isabel Alarcão, Maria Ciavatta, Paulo Freire, Cleunice Matos Rehem e Boaventura de Sousa Santos, defendendo-se a Educação Profissional e Tecnológica como espaço de formação dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores onde a reflexão crítica, o conhecimento sólido e a possibilidade de ação em suas próprias realidades se alinham.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Gestão Democrática, Formação Humana.

Abstract

Democratic management in Professional and Technological Education

This article aims to promote a discussion about democratic management. A reflection based on exploratory bibliographic research is proposed, associated with a theoretical discussion. Professional and Technological Education is emphasized, in its aspects of work, knowledge and technological innovation, as a field of study for carrying out joint actions in favor of the constitution of an integral human formation. It seeks to instigate the overcoming of any and all forms of authoritarian management, addressing ways of promoting processes for the acquisition of a more egalitarian education through humanistic and emancipatory attitudes. For this, the relevance of praxis is discussed from a humanist perspective supported by authors such as Isabel Alarcão, Maria Ciavatta, Paulo Freire, Cleunice Matos Rehem and Boaventura de Sousa Santos, defending

Professional and Technological Education as a field for educating workers and children of workers where critical reflection, solid knowledge and the possibility of action in their own realities are aligned.

Keywords: Professional and Technological Education, Democratic management, Human formation.

Introdução

Neste texto, refletimos sobre a relação entre gestão democrática da educação e formação humana. Os conceitos aqui reunidos têm como intuito possibilitar uma análise a respeito da formação de um sujeito capaz de atuar ativa e criticamente na sociedade da qual faz parte. Para isso, sublinha-se o trabalho de lideranças democráticas e entusiasmadas como cerne para o desenvolvimento eficaz da educação na contemporaneidade, enfatizando a relevância das pessoas neste processo intenso de transformação política e social, no qual a educação é tida como instrumento relevante, que o possibilita.

Neste processo de mudanças sociais constantes, as lideranças entusiasmadas e comprometidas com o desenvolvimento são relevantes diante desta sociedade cada vez mais desigual ou injusta, ou seja, entende-se a educação como um exercício de cidadania, em que sujeitos dotados de humanidade se relacionam.

Sobretudo este processo de educação cidadã só pode acontecer com êxito, à medida que indivíduos se comprometam em realizar suas tarefas com responsabilidade. Para tanto, neste texto busca-se enaltecer o trabalho dos sujeitos envolvidos com a educação, aqueles que acreditam e trabalham em prol de uma prática democrática transformadora.

A gestão democrática é sublinhada como princípio para o ensino brasileiro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), e mais tarde no Plano Nacional de Educação (PNE, 2014 – meta 19) aparece como

meta para ser aprimorada nos ínterims dos âmbitos educativos, a fim de que seja possível conceber uma educação mais igualitária.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), têm-se a seguinte inferência: “A gestão democrática é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos, no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte.” (BRASIL, 2013: 56).

No entanto, o vigente artigo tem como objetivo refletir sobre esta já posta cultura democrática da escola pública, sobretudo, sob a ótica da humanidade, da valorização da pessoa humana, contemplando e analisando o papel imprescindível do gestor democrático e entusiástico na condução desse processo vigoroso no âmbito educacional.

Diante do exposto, este estudo relaciona os conceitos que definem a gestão democrática da educação, a partir de reflexões de Paro (2008), Alarcão (2000), Chiavenatto (2004) e Ciavatta (2008), entre outros autores, à formação humana dos sujeitos que participam desse processo. Para isso, uma sequência teórica abordando temas e subtemas relacionados ao objetivo proposto dessa discussão foi desenvolvida, caracterizando assim, uma metodologia de pesquisa exploratória de caráter bibliográfico. As ideias aqui elencadas são uma forma de aproximar interessados da área educacional das reflexões já apresentadas sobre gestão democrática e formação humana, isso com o intuito de que ações sejam efetivadas pautadas em análises descritas como possibilidades de sucesso.

Gestão Democrática e Formação Humana

Pensar na gestão democrática da educação com vista à formação de sujeitos autônomos e competentes significa enfatizar possibilidades de equidade. As mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas ao longo dos anos provocaram alterações também na maneira como o ser humano se relaciona entre si, como produz conhecimento e como o utiliza para seu próprio progresso. Nesse cenário repleto de modificações, a escola é também atingida, ou seja, o ambiente escolar reflete o que a sociedade pratica.

Sendo assim, Freire enfatiza que “não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser” (FREIRE, 2003a, p. 191). Sobretudo, é necessário que os líderes gestores tenham consciência cotidiana sobre a importância do seu trabalho na realidade presente e vindoura, a fim de abordar a transformação de vidas humanas a partir da práxis dialógica, ética, motivadora, entusiástica, reflexiva, humana, em suma, democrática, para que a finalidade da educação seja a aquisição de um mundo mais justo, igualitário, quicá, mais humano.

Práxis, no sentido freiriano, é o entendimento da junção de teoria e prática que busca a transformação material da realidade (FREIRE, 1977). É a atividade que se origina da interação entre ser humano e meio, em um caminho interligado de teoria e prática (prática embasada em uma aplicação teórica e teoria como formulação abstrata a partir da prática) que só se estabelece efetivamente se a ação do sujeito é capaz de transformar o meio em que vive. Ainda para Freire (1977), práxis é uma maneira de existir (e compreender a existência) a partir da unidade

dialética formada pela objetividade e subjetividade, pela reflexão e ação. Nesse sentido, na pedagogia freiriana, ela é sinônimo do próprio trabalho pedagógico e, como sinônimo, será assim usada no presente artigo.

Voltando para a discussão da gestão democrática, a contemporaneidade da Escola Pública é permeada de muitas discussões sobre suas possibilidades democráticas, bem como a utilização dos instrumentos burocráticos em busca da concretização de uma escola laica para todos os cidadãos, os quais possuem uma acessibilidade demasiadamente, crescida no ensino público atual.

Acredita-se na educação como precedente fundamental para a promulgação de fatores sociais e políticos, os quais possam conduzir os cidadãos a uma conjectura de um mundo mais igualitário.

Em conformidade com este ideário de conceitos democráticos sublinha-se a reflexão de Paro:

A educação como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro, aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais (PARO, 2008, p. 37-38).

Busca-se a utopia de uma educação ímpar no contexto educativo, a partir das relações humanas coexistentes na convivência escolar, na qual se dá os conflitos, as posturas dialógicas, ou seja, neste ínterim é concebida toda a diversidade da vivência humana em conjunto, pois é no coletivo que se propõe a construção de uma escola com qualidade democrática e humana, isto posto, Paro nos diz:

A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola (PARO, 2008, p. 9).

De tal maneira, é possível acreditar e lutar em prol de atitudes que elevem as ações dos sujeitos humanos para uma busca constante da excelência educativa em favor da formação integral das pessoas, sabendo que tais pessoas são essenciais para o processo educacional, e precisam estar entusiasmadas em cumprir seus papéis com responsabilidade. Sendo assim, é importante refletir sobre as ações promovidas na ambiência educativa, valorizando o pensar de cada sujeito educativo, a fim de que a “escola” seja construída com a colaboração de todos os seus partícipes, pensamento aprimorado com a citação de Alarcão (2000), que sublinha:

Uma escola reflexiva, em desenvolvimento e aprendizagem ao longo da sua história, cria-se pelo pensamento e prática reflexivos que acompanham o desejo de compreender a razão de ser da sua existência, as características da sua identidade própria, os constrangimentos que a afetam e as potencialidades que detém (ALARCÃO, 2000, p. 17).

Entretanto, frente às circunstâncias sociais difusas a educação é, notavelmente, uma arma incondicional, ou seja, um instrumento necessário para e na feitura de cidadãos cada vez mais conscientes diante de suas realidades de mundo, tendo assim, maiores e melhores condições para

lutar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os sujeitos sociais tenham destreza para galgarem passos firmes rumo à autonomia propícia para um desencadeamento de fatos que favoreçam a estruturação de uma sociedade com mais possibilidades de condições igualitárias para os seus partícipes. Para tanto, Alarcão (2001) afirma que:

Neste contexto de profunda mudança ideológica, cultural, social e profissional aponta-se a educação como o cerne do desenvolvimento da pessoa humana e da sua vivência na sociedade, sociedade da qual se espera um desenvolvimento econômico acrescido e uma melhor qualidade de vida (ALARCÃO, 2001, p. 10).

No entanto, necessita-se de gestores que acreditem e lutem com veemência para o bem-estar do ser humano, trabalhando para que os cidadãos tenham oportunidade de crescimento integral. Para tanto, têm-se a necessidade de olhar o sujeito humano em toda a sua conjectura, considerando os aspectos que compõe o indivíduo inserido no contexto do trabalho educativo.

Vê-se que o sujeito humano precisa ser considerado em todos os seus aspectos de existência, sabendo que tal existência não se configura apenas no capital adquirido, mas que os sujeitos humanos são dotados de sentimentos e/ou emoções, capacidades e/ou habilidades singulares.

Sob a ótica organizacional contemporânea no que diz respeito a gestão de pessoas o autor Chiavenato (2004) contribui muito para as inferências deste trabalho, quando sublinha que a “ênfase” do trabalho gestor precisa estar nas pessoas, pois estas são as razões de ser das ambiências humanas. Compreendendo que o trabalho do gestor acontece com pessoas, e estas precisam ser valorizadas em suas singularidades, sendo ouvidas nos processos organizacionais, a

fim de que toda a funcionalidade do local de trabalho gire em torno do atendimento integral dos sujeitos humanos nele inserido. Pois, assim poderá se conceber resultados satisfatórios frente os objetivos da empresa, escola, etc.

Faz-se primordial que a pessoa seja vista como é, sabendo que ninguém é dotado de perfeição e sim constituído de defeitos e qualidades, assim sendo são denominadas pessoas humanas por excelência, porém, o dever da gestão democrática é sublinhar as qualidades dos sujeitos, a fim de que suas potencialidades sejam afloradas.

Deste modo, o papel da gestão na EPT é buscar lapidar as pessoas em suas essências, ou seja, os sujeitos participantes das ambiências educativas, utilizando para a convivência acadêmica o melhor que tais pessoas/sujeitos possam contribuir, a partir de estímulos relacionais, os quais possam mediar possibilidades intensas e concretas em prol de práticas democráticas e/ou revolucionárias rumo às características de mundo que se almeja.

Para Ciavatta (2008), a proposta de uma formação humana em EPT busca garantir às pessoas o direito de uma formação cidadã completa, na qual possam participar de seus ambientes de vivência com autonomia e protagonismo, fazendo a leitura de seus mundos com criticidade, desenvolvendo progressivamente o sentimento de pertença aos seus espaços de convivência humana, buscando compreender as contradições de mundo concreto, e superá-las com intrepidez, tendo sempre o objetivo da formulação de uma sociedade menos desigual.

Tal análise nos permite reconhecer que o momento pelo qual passamos é intenso, no sentido de estar repleto de mudanças, alterações que, muitas vezes, causam dúvidas aos profissionais, inclusive os da educação, que precisam adequar suas práticas a fim de torná-las

competentes ao sujeito que participa desse processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para que interaja de modo autônomo na sociedade da qual faz parte.

É nesse contexto que EPT se destaca, ou seja, enfatiza uma concepção ampla de educação que atenda as demandas inerentes da sociedade capitalista moderna, conjecturando estratégias educativas que proporcionem a formação básica aos estudantes para agirem em seus mundos com criticidade, desvendando os conceitos postos pelo senso comum, avançando sempre em virtude de uma compreensão dialética dos seus meios sociais e políticos, a fim de contribuírem para a formação de uma sociedade mais participativa, convergindo assim, para a aquisição de um mundo menos desigual.

Como explicita Bastos (1998), uma educação que privilegie as vertentes do trabalho, do conhecimento e da inovação tecnológica:

A educação tecnológica situa-se simultaneamente no âmbito da educação e qualificação, da ciência e tecnologia, do trabalho e produção, enquanto processos interdependentes na compreensão e construção do progresso social reproduzidos nas esferas do trabalho, da produção e da organização da sociedade. Na verdade, educação, trabalho, ciência e tecnologia exprimem setores diferenciados mas recorrentes de produção e acumulação de conhecimento teórico-prático, necessários ao indivíduo no seu relacionamento com a natureza conforme seus interesses e necessidades de sobrevivência (BASTOS, 1998, p. 22).

Para o autor, a Educação Profissional e Tecnológica sustenta-se numa concepção ampla e universal da educação, capaz de ir além de conceitos fragmentários de ensino, caracterizada pela integração renovada do saber, do fazer, do

saber fazer e do pensar, e repensar enquanto objetos permanentes da ação e da reflexão crítica sobre a ação.

Contudo, é essencial nesta perspectiva o papel do gestor democrático na EPT de fomentar atitudes que possam corroborar com a feitura de reflexões críticas em todo o tempo das relações estabelecidas no âmbito escolar, a fim de que as pessoas entendam os seus papéis dentro do sistema educacional e contribuam para a formação de processos educativos favoráveis ao desenvolvimento integral do estudante.

Nesse sentido, as pessoas envolvidas no âmbito educativo precisam estar bem comprometidas com seus afazeres e responsabilidades, a fim de transformarem o ambiente de trabalho em algo atrativo e produtivo, porém, tendo compromisso ético na realização das tarefas cotidianas, as quais compreendem o todo existencial da escola. “As relações das pessoas entre si e de si própria com o seu trabalho e com a sua escola são a pedra de toque para a vivência de um clima de escola em busca de uma educação melhor a cada dia.” (ALARCÃO, 2001, p. 20).

Em Busca de um Saber Emancipatório

A emancipação humana se configura nos contextos humanísticos, ou seja, nas ambiências de vivência em que se estabelece relações interpessoais. Entende-se, aqui, emancipação como o ato do sujeito se tornar autônomo, livre e independente. Em sua reflexão, a autora Ciavatta (2008) salienta que tal autonomia, liberdade e independência é possível mediante a totalidade das relações sociais, nas quais os sujeitos vão aprendendo mutuamente a resignificarem suas realidades, elaborando conhecimentos, desta feita, emancipatórios.

A escola é permeada de relações humanas, pelas quais deve-se intensificar a convivência consciente entre os iguais, a fim de que seja constituído processos significativos de

aprendizagens entre todos os semelhantes que juntos constroem a cultura escolar. Nesta perspectiva o papel da gestão participativa e/ou democrática faz-se imprescindível, a fim de promover os debates necessários para as constituições de relacionamentos eficazes em virtude da construção de conhecimentos significativos e/ou emancipatórios para e na vida dos indivíduos.

O saber emancipatório converge com as nossas inferências de uma gestão democrática no sentido de que entendemos que o trabalho gestor deve contribuir em todos os sentidos para a formulação dos saberes que os estudantes, realmente necessitam para atuarem em seus meios de vivência.

Em Ciavatta (2009), encontramos os fundamentos sobre a educação humanística, entendendo que o educando deve ser conduzido por intermédio de estratégias didáticas que contribuam para a construção de conhecimentos úteis aos desenvolvimentos de suas consciências cidadãs, ou seja, que possam entender as realidades de suas cidades, de seus bairros, de seu país, dizendo em outras palavras, a promoção de uma educação humanística, proporcionadora de autonomia, independência e liberdade, em suma democrática está para além da ministração de conteúdos, mas a intencionalidade de tal educação perpassa pelas ações em prol do desenvolvimento pleno dos sujeitos, a fim de que estes possam atuar como cidadãos críticos em seus meios sociais e políticos, sendo protagonistas de suas histórias.

Depreende-se que humanizar os processos escolares é dar voz e vez aos sujeitos nos ínterins educativos, respeitando os humanos em suas singularidades, ao mesmo tempo em que haja mediação de conhecimentos críticos, emancipatórios e/ou revolucionários, os quais possam contribuir para a formação integral dos

estudantes, a qual está intrínseca nos objetivos da educação formal contemporânea.

O papel de uma gestão democrática pautada na formação humanística, autônoma, livre e independente contribui sem dúvidas para que os sujeitos tenham a autonomia necessária para atuarem no mundo do trabalho com a criticidade aguçada, convergindo assim, com os objetivos da EPT na contemporaneidade.

Santos diz que: “todo conhecimento implica uma trajetória, uma progressão de um estado ou momento A, designado por ignorância, para um estado ou momento B, designado por saber” (SANTOS, 1991, p. 9). É nesse contexto que os objetivos necessários para se alcançar determinado resultado devem ser visualizados de maneira clara, a fim de que todos os envolvidos trabalhem para um mesmo intuito.

Faz-se imprescindível que as relações interpessoais sejam valorizadas no âmbito das organizações escolares, pois lida-se com sujeitos humanos dotados de historicidade, ações que os compõem de maneira dinâmica e única.

Desta forma necessita-se de autoridade frente aos gestores, autoridade esta que seja estabelecida por meio do conhecimento ético e técnico, sendo permeada pela prática humana e democrática.

Sobre conhecimento, Santos (1991) classifica em duas formas principais o conhecimento comportado pela modernidade: o conhecimento- emancipação e o conhecimento-regulação. Segundo o autor, o primeiro é uma espécie de trajetória, transposição entre um estado de ignorância - chamado por ele de “colonialismo” – e um estado de saber – “solidariedade”. Enquanto que o conhecimento-regulação, conforme o autor, é a progressão entre um estado de ignorância, chamado por ele de “caos”, e um estado de saber, “disciplina”. Na concepção do pesquisador, o conhecimento- emancipação avança do

colonialismo para a solidariedade, já a segunda forma avança do caos para a disciplina.

Isso significa, portanto, na visão do autor, a vinculação recíproca entre o contexto da regulação e o da autonomia, liberdade e independência, permitindo compreender que os dois modelos de conhecimento se articulam em equilíbrio. “O saber-poder da disciplina alimenta o saber-poder da solidariedade, e vice-versa” (SANTOS, 1991, p. 10). O conhecimento- emancipação pressupõe uma reformulação do conceito de vida coletiva porque, de acordo com o autor, só ela permite inverter o processo de transformação dos problemas políticos em problemas técnicos.

Isso porque, Santos (1991) acredita que o conhecimento- emancipação concebe todo problema técnico em político e todo problema político se define em questões de relações de poder, sendo que a participação individual e coletiva tem, como campo de atuação, o campo global das relações de poder. Sobre esses conceitos, afirma:

Trata-se de um campo relativamente estruturado e internamente muito diferenciado, coexistindo nele diferentes tipos e relações de poder. [...] o paradigma da modernidade, ao restringir a prática política ao espaço de cidadania, procurando aí democratizar relativamente as relações de poder, permitiu que nos demais espaços sociais estruturais as relações de poder continuassem a ser despóticas e desarmou a participação democratizante nesses espaços com o fundamento ideológico de não serem espaços de prática política (SANTOS, 1991, p. 29-30).

No entanto, Santos (1991) salienta que a participação política que constitui o conhecimento- emancipação abrange todos os espaços de prática social e o seu princípio é o da democracia.

Ainda sobre os ideários de Santos (1991) infere-se que assim como a solidariedade é um

processo de subjetivação, a participação é, desse modo, um processo de democratização emancipatória na conquista incansável de espaços novos e de outras formas de cidadania individual e coletiva.

Tais concepções embasam a importância de a prática gestora proporcionar possibilidades de liberdade para os seus sujeitos, para que estes possam galgar novos patamares de desenvolvimento, tendo autonomia para constituir seus saberes com veemência, participando de uma formação de mundo mais abrangente, na qual homens e mulheres, crianças, meninos e meninas, gentes de todas as raças e etnias sejam vistos como humanos que são, respeitados tão somente, em suas peculiaridades.

A promoção da solidariedade no espaço coletivo da escola é primordial para as pessoas poderem cultivar a liberdade de agir, o respeito à participação de todos nos processos educacionais, o desenvolvimento do hábito da escuta, a valorização das singularidades dos semelhantes, entre outros aspectos benéficos à concretização de ambiências educativas acolhedoras e humanísticas, nas quais o bem comum seja disseminado com eficácia.

Ao mesmo tempo, a gestão democrática precisa ser pensada no viés de possibilitar a formação humana em toda a sua conjectura, bem como em estimular o sujeito humano a conduzir suas histórias de vida com maestria, ou seja, configurando suas atitudes em prol de atos entusiasmados, os quais possam ser virtuosos em favor da aquisição de ambientes acolhedores, nos quais a educação possa acontecer de acordo com os objetivos favoráveis à formulação de atores sociais e políticos, os quais serão úteis na formação de uma sociedade mais justa e/ou igualitária.

Em suma, os trabalhadores educacionais precisam ter bem claro em suas mentes o compromisso que lhes move, a fim de alcançar

objetivos reais e promissores. “Somente educadores/as entusiasmados/as com seu papel na sociedade conseguem criar uma opinião pública favorável a seus reclamos” (ASSMANN, 1998, p. 23).

Estar entusiasmado com seu trabalho pedagógico compreende um aspecto que está para além de uma empolgação, mas, sobretudo, têm-se um desejo contínuo de obter resultados diante de seu trabalho, sendo um aprendiz inquieto frente o mundo educativo, estando apaixonado e sedento por todos os aspectos que compõem a práxis educativa. É imprescindível que as pessoas acreditem em suas causas profissionais, tendo real consciência de seus papéis na sociedade, a fim de agirem com destreza frente às difusas circunstâncias políticas, sociais e econômicas.

Sabendo ser inevitavelmente, seres humanos, o objeto de trabalho da gestão escolar, têm-se um saber necessário para lidar com tal realidade, lembrando os sujeitos frequentemente a respeito da incompletude na essência humana. Assim sendo, Freire corrobora este pensar:

Acho que uma das melhores maneiras para a gente trabalhar como seres humanos é não só saber que somos seres incompletos, mas também assumir essa incompletude. Existe pouca diferença entre saber intelectualmente que estamos incompletos e assumir a natureza de ser incompleto. Não somos completos. Temos que nos inserir em um processo permanente de busca. Sem isso, morreríamos em vida. O que significa que manter a curiosidade é absolutamente indispensável para que continuemos a ser ou a vir a ser (FREIRE, 2003b, p. 43).

O aprendizado possibilita, ou deve possibilitar, que as pessoas estejam mais conscientes sobre suas incompletudes e ao mesmo tempo tornem-se mais fortes, resistentes e flexíveis às mudanças necessárias e cabíveis ao

mundo humano. Diante da dinâmica intrínseca dos ambientes educacionais é fundamental que sujeitos resilientes façam parte do grupo de trabalho escolar, a fim de que ações sejam realizadas de forma concisa em prol de objetivos comuns e determinantes para a melhoria das ambiências sociais.

As palavras da autora Rehem (2009) inspiram acerca do preparo necessário para que as pessoas possam atuar em seus âmbitos sociais vigentes quando sublinha que: “Para viver e produzir nesses cenários é necessário dispor de mecanismos adequados para dar hospitalidade à crítica, agir com autonomia e criatividade, sem se deixar sucumbir pelas forças vorazes da fluidez capitalista.” (REHEM, 2009, p. 43). Acredita-se que a EPT se organiza para que tais mecanismos sejam oportunizados às pessoas, sendo assim o papel do gestor é muito importante, a fim de disseminar condições necessárias para que os processos de formação humana sejam eficazes no espaço escolar, de forma que as pessoas se sintam preparadas para atuarem em seus ambientes de vivência com autonomia, interferindo positivamente para o desenvolvimento de sua sociedade.

Para Rehem (2009), a EPT propicia ou deve oportunizar o desenvolvimento continuado das pessoas como seres humanos, sendo assim, provoca condições para a própria sociedade se desenvolver. Deste modo, o gestor democrático da EPT deve compreender os objetivos centrais dessa prática educacional, os quais devem estar voltados para a obtenção do desenvolvimento integral do estudante. Para tanto, é necessário atentar-se a todos os processos que envolvem a prática escolar, propagando entusiasmo às pessoas envolvidas nos trabalhos exercidos, dando relevância a cada detalhe que compõe o cotidiano educativo, buscando e contribuindo para a constituição eficaz de saberes emancipatórios.

Como complementação a esta reflexão teórica, em um trabalho posterior pretende-se coletar dados de participantes do processo de ensino-aprendizagem, tais como alunos, técnicos, professores e gestores, sob a ótica/significado da gestão democrática.

Considerações Finais

Pensar genuinamente na democracia é desvencilhar os caminhos tortuosos do autoritarismo diariamente, negando-o, e enquanto, gestores, planejar estratégias que enalteçam as atitudes dos sujeitos na amplitude de vivência humana. Sabendo que as pessoas, as quais compõem o quadro do ambiente educativo são ingredientes fundamentais para a realização do fazer educativo, o qual dar-se-á no desenrolar dos fatos sociais – políticos – históricos de uma certa comunidade educacional.

Pessoas fortes psicologicamente são primordiais no discorrer das práxis educacionais, a fim de que estas sejam incisivas nos determinismos abrangentes do pragmatismo vigente; abalando com vigor os pilares impostos por ideais capitalistas, os quais necessitam pelo menos de avaliações pontiagudas.

Desenvolver-se resilientemente inclui participar dos aspectos da vida conscientemente, tendo equilíbrio nos difusos acontecimentos da vivência humana, obtendo habilidades para intervir na sociedade com destreza.

Singularmente, lidar com pessoas é intrínseco do viver educacional, de modo que tais pessoas (educandos, funcionários e famílias) precisam ser consideradas em todos os seus aspectos, tendo reconhecidas suas importâncias particulares para o corpo da práxis cotidiana do mundo educacional.

Ressalta-se que as mudanças benéficas só serão possíveis à medida que se possa trabalhar com total respeito frente às pessoas envolvidas no contexto educativo, sublinhando que a pedra

angular do trabalho educacional são as pessoas, humanamente constituídas de singularidades diversas e significativas para a concretude do fazer educacional.

Parafraseando Freire (2003b), os humanos são dotados de inquietude intensa em busca do saber mais. Com este fato desenvolve-se no decorrer da história humana, métodos diversos e cada vez mais contemporâneos ou adequados para suas épocas sociais e culturais, que atendam a necessidade da propagação dos mais diferenciados conhecimentos. Precisa-se estimular o desenrolar desta inquietação a fim de que sejam concebidos sujeitos hábeis para a participação social e política que envolve os seus ambientes de vivência.

As reflexões trazidas ao longo dessa discussão possibilitam compreender que a gestão democrática contemporânea na EPT deve obter um olhar abrangente focalizando o fazer das pessoas, as quais estão envolvidas no trabalho pedagógico de forma direta ou indireta, procurando alcançar objetivos relevantes para o ambiente de trabalho, ocasionando assim condições propícias para a aquisição de conquistas sólidas e eficazes, as quais possam garantir mudanças necessárias ao vigente ambiente educacional no sentido de contribuir para a formação de pessoas que estejam melhores preparadas para interferirem em seus mundos de vivência com brilhantismo.

Entende-se que é aprendendo dialeticamente, no interior da escola, a aprimorar-se que os sujeitos gestores poderão interferir na vida das pessoas com mais veemência. Com atitudes comprometidas e éticas poderão propagar mudanças democráticas favoráveis ao desenvolvimento humano, a partir da concretização de conhecimentos sólidos e/ou capazes de mudar a consciência das pessoas em saber mais ou buscar o saber mais.

O papel do gestor faz-se primordial diante de todo o potencial que a escola tem frente o mundo

social que envolve o sujeito humanamente constituído. A inquietação no humano sobre o mover que o impulsiona a querer conhecer sempre, ou seja, apreendendo sobre o mundo à sua volta, independentemente, dos muros educacionais que o envolve, tal inquietação deve mover o líder gestor a impulsionar o seu trabalho com todo entusiasmo possível em prol de uma vivência motivadora, a qual abale as diretrizes históricas autoritárias, que permeiam a historicidade da ambiência educativa.

Em suma, saber ouvir o outro é ter ética profissional, se colocar no lugar do seu semelhante é uma sabedoria de gestores democráticos, que assim, buscam a valorização da vida, que é a base fundamental dos objetivos para todo o discorrer dos fatos, os quais envolvem o trabalho pedagógico, portanto, a priori esta referida práxis, é a própria vida do sujeito em questão.

Referências

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Organização de Isabel Alarcão. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e Supervisão**. Orientação de José Tavares e Isabel Alarcão. Portugal: Editora Porto, 2000.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BASTOS, João Augusto. **A educação tecnológica: conceitos, características e perspectivas**. Revista Educação e Tecnologia, UTFPR/Curitiba, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_d ocman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei 13.005** de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Periódico: Trabalho Necessário, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em 10 set. 2020.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. Direção, organização e notas Ana Maria Araújo Freire. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003b.

FREIRE, Paulo. **O caminho se faz caminhando / conversas sobre educação e mudança social com Myles Horton e Paulo Freire**. Organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Pters. Tradução de Vera Lúcia Mello Joceline. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Petrópolis / RJ: Editora Vozes, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3 ed. São Paulo: Série Educação em Ação. Editora Ática, 2008.

REHEM, Cleunice Matos. **Perfil e formação do professor de educação profissional técnica**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A transição paradigmática: da regulação à emancipação**. Oficina do Ces. Coimbra, n. 25, 1991.